

**REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGÜIÇÃO DE
DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 402 DISTRITO FEDERAL**

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S)	: REDE SUSTENTABILIDADE
ADV.(A/S)	: EDUARDO MENDONÇA E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB
ADV.(A/S)	: MARCELO DE SOUZA DO NASCIMENTO E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE - PHS
AM. CURIAE.	: PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL - PTN
AM. CURIAE.	: PARTIDO PROGRESSISTA - PP
AM. CURIAE.	: PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO - PRB
ADV.(A/S)	: CARLOS BASTIDE HORBACH E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: SOLIDARIEDADE - SDD
AM. CURIAE.	: PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DESPACHO

*ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE
PRECEITO FUNDAMENTAL. MEDIDA
CAUTELAR DEFERIDA
MONOCRATICAMENTE. REFERENDO
PELO COLEGIADO: MINISTRO RELATOR
PARCIALMENTE VENCIDO. REDAÇÃO
DO ACÓRDÃO PELO PROLATOR DO
PRIMEIRO VOTO PREVALECENTE (ART.
135, § 4º, DO REGIMENTO INTERNO DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL).
PROVOCAÇÃO PELO RELATOR.
CABIMENTO. SUBSTITUIÇÃO NA
RELATORIA: INVIABILIDADE.
LIMITAÇÃO DE INCIDÊNCIA DO ART. 38,*

ADPF 402 MC-REF / DF

**INC. II, DO REGIMENTO INTERNO DESTE
SUPREMO TRIBUNAL AO JULGAMENTO
DE MÉRITO DA CAUSA. PROVIDÊNCIAS
PROCESSUAIS.**

1. Em 19.6.2017, o Ministro Marco Aurélio proferiu despacho na presente arguição de descumprimento de preceito fundamental nos seguintes termos:

“1. Observem o curso desta arguição de descumprimento de preceito fundamental. Em 7 de dezembro de 2016, o Pleno, por maioria, implementou, parcialmente, a medida acauteladora. Na oportunidade, fiquei vencido, na companhia dos ministros Edson Fachin e Rosa Weber. O acórdão não foi redigido, ausente indicação do ministro redator. O quadro atrai a incidência dos parágrafos 3º e 4º do artigo 135 do Regimento Interno do Supremo, segundo os quais, se o Relator for vencido, ficará designado o Revisor para redigir o acórdão e, ante a inexistência de revisor, designar-se-á para redigir o acórdão o Ministro que houver proferido o primeiro voto prevalecente.

2. Considerado o quadro, remetam o processo à Presidente do Supremo, ministra Cármen Lúcia”.

2. Em 7.12.2016, o Plenário do Supremo Tribunal Federal

“referendou, em parte, a liminar concedida, para assentar, por unanimidade, que os substitutos eventuais do Presidente da República a que se refere o art. 80 da Constituição, caso ostentem a posição de réus criminais perante esta Corte Suprema, ficarão unicamente impossibilitados de exercer o ofício de Presidente da República, e, por maioria, nos termos do voto do Ministro Celso de Mello, negou referendo à liminar, no ponto em que ela estendia a determinação de afastamento imediato desses mesmos substitutos eventuais do Presidente da República em relação aos cargos de chefia e direção por eles titularizados em suas respectivas Casas, no que foi acompanhado pelos Ministros Teori Zavascki, Dias Toffoli, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia (Presidente), vencidos os Ministros Marco Aurélio (Relator), Edson Fachin e Rosa Weber, que referendavam integralmente a liminar concedida. Prosseguindo no

ADPF 402 MC-REF / DF

juízo, o Tribunal, também por votação majoritária, não referendou a medida liminar na parte em que ordenava o afastamento imediato do senador Renan Calheiros do cargo de Presidente do Senado Federal, nos termos do voto do Ministro Celso de Mello, vencidos os Ministros Marco Aurélio (Relator), Edson Fachin e Rosa Weber, restando prejudicado o agravo interno. O Ministro Celso de Mello ajustou a parte dispositiva de seu voto de mérito, proferido na sessão anterior, aos fundamentos dele constantes, para julgar parcialmente procedente o pedido formulado na presente arguição de descumprimento de preceito fundamental, mantidos os termos de seu voto. Declarou-se suspeito o Ministro Roberto Barroso. Ausente, justificadamente, o Ministro Gilmar Mendes, em face da participação na 25ª Sessão do Conselho de Estados Membros do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (Idea), realizada em Estocolmo, Suécia. Falaram, pela requerente, REDE SUSTENTABILIDADE, o Dr. Daniel Sarmento; pelo Senado Federal, o Advogado-Geral do Senado, Dr. Alberto Cascais; e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros. Presidência da Ministra Cármen Lúcia” (DJ 21.12.2016).

3. A designação de outro Ministro para redigir o acórdão suscitada pelo Ministro Relator cinge-se ao julgamento do Plenário quanto ao referendo da medida cautelar deferida monocraticamente em 5.12.2016.

4. Este Supremo Tribunal assentou que a alteração do redator para o acórdão ocorre quando o relator for vencido no julgamento do mérito da causa, por não se ter convencimento exauriente da matéria em medida cautelar nem a vinculação deste Supremo Tribunal ou de qualquer dos Ministros à conclusão dos respectivos votos sobre questões diversas do mérito da causa. Confirmam-se os julgados a seguir:

“ACÓRDÃO – REDAÇÃO – DESLOCAMENTO. Na dicção da ilustrada maioria, entendimento em relação ao qual guardo reservas, o fato de o Relator não formar na corrente majoritária em questão preliminar não desloca a redação do acórdão, fenômeno só

ADPF 402 MC-REF / DF

observado relativamente ao mérito” (Habeas Corpus n. 79.570-QQ, Relator o Ministro Marco Aurélio, Plenário, DJ 1º.8.2003).

“EMENTA: - PROCESSUAL REGIMENTAL. RELATOR: SUBSTITUIÇÃO. AÇÃO PENAL: APRECIÇÃO DA DENÚNCIA. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA AÇÃO PENAL. Regimento Interno, art. 38, II.

- A norma do art. 38, II, do Regimento Interno, tem aplicação nos julgamentos definitivos. Nos julgamentos incidentais, como no caso de apreciação da denúncia nas ações penais originárias, em que ocorre, apenas, juízo de admissibilidade da ação, não perde o acórdão o Ministro Relator cujo voto é vencido, em parte, mesmo porque não fica o Ministro vinculado a esse voto, podendo, à vista do conjunto probatório, reformulá-lo, no julgamento definitivo” (Inquérito n. 705-QQ, Relator o Ministro Carlos Velloso, Plenário, DJ 28.5.1993).

Permaneceram na relatoria dos processos, lavrando o acórdão do julgamento nos quais vencidos, por exemplo, o Ministro Ricardo Lewandowski na Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.264 (Plenário, DJe 27.5.2011), o Ministro Eros Grau na Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 95 (Plenário, DJe 11.5.2007) e o Ministro Marco Aurélio na Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.123 (Plenário, DJ 31.10.2003).

5. Por essa interpretação restritiva, afastou-se a possibilidade de substituições sucessivas na relatoria de determinada causa pela recusa da maioria dos membros do Colegiado sobre o encaminhamento proposto no voto do Relator quanto a questões incidentais surgidas no curso do processo, tendo em vista vínculo consequencial disposto no art. 38, inc. II, e no art. 135, § 3º e § 4º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, nos quais se dispõe:

“Art. 38. O Relator é substituído: (...)

ADPF 402 MC-REF / DF

II – pelo Ministro designado para lavrar o acórdão, quando vencido no julgamento; (...)

Art. 135. (...)

§ 3º Se o Relator for vencido, ficará designado o Revisor para redigir o acórdão.

§ 4º Se não houver Revisor, ou se este também ficar vencido, designar-se-á para redigir o acórdão o Ministro que houver proferido o primeiro voto prevalecente, ressalvado o disposto no art. 324, § 3º, deste Regimento.

Art. 324. (...)

§ 3º No julgamento realizado por meio eletrônico, se vencido o Relator, redigirá o acórdão o Ministro sorteado na redistribuição, dentre aqueles que divergiram ou não se manifestaram, a quem competirá a relatoria do recurso para exame do mérito e de incidentes processuais”.

A solução preconizada também favorece a celeridade na tramitação da causa por evitar o deslocamento do processo para a lavratura do acórdão.

6. Disso não resulta, contudo, impedimento para designar-se redator para o acórdão, com fundamento no art. 135, § 3º e § 4º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, quando o relator vencido manifestar-se contra a lavratura, sem causar a substituição na relatoria, como previsto no art. 38, inc. II, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, por ser esse fenômeno observado apenas no julgamento de mérito, como assentado nos precedentes mencionados.

7. A espécie vertente apresenta peculiaridade a justificar o encaminhamento do processo ao prolator do primeiro voto prevalecente para redigir o acórdão. A medida cautelar, de natureza incidental não referendada pelo Plenário foi implementada depois de iniciado o julgamento de mérito da causa, suspenso pelo pedido de vista do Ministro Dias Toffoli na sessão plenária de 3.11.2016. Quando se assentava, nos seis votos proferidos, a impossibilidade de réus em ações

ADPF 402 MC-REF / DF

criminais em curso neste Supremo Tribunal, ocuparem cargo de substituição imediata do chefe do Poder Executivo, ao abrir divergência negando referendo à medida cautelar, o Ministro Celso de Mello explicitou voto de mérito para assentar a manutenção dos substitutos eventuais do Presidente da República no exercício da chefia e direção das respectivas Casas.

8. Pelo exposto, determino o encaminhamento da presente arguição de descumprimento de preceito fundamental ao Ministro Celso de Mello para lavratura do acórdão sobre o referendo da medida cautelar julgado na sessão plenária de 7.12.2016 (art. 135, § 4º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 22 de junho de 2017.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**

Presidente

(art. 9º da Resolução/STF n. 558, de 31.8.2015)